



Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Dólar	Últimos	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
2,63% São Paulo	0,49% Nova York	183.827	R\$ 5,216	5,181	R\$ 1.621	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
		29/9 30/9 1/10 2/10	(- 0,07%)	25/setembro 5,181 28/setembro 5,226 29/setembro 5,217 30/setembro 5,175 1/outubro 5,220					Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32



Mercado em euforia nesta segunda-feira

Para analistas, mercado financeiro vê Flávio Bolsonaro como o candidato com mais chance de estabelecer maior disciplina fiscal

» ROSANA HESSEL

O mercado financeiro brasileiro deve amanhecer eufórico hoje, após o resultado das eleições gerais de ontem, dando uma vantagem maior do que a esperada para Flávio Bolsonaro (PL) sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição para o quarto mandato. A diferença entre os dois ficou em pouco mais de 2,2 milhões de votos, com placar de 47,03% a 45,16% a favor do senador fluminense, contrariando a maioria das pesquisas que davam vantagem ao candidato petista.

Na Avenida Faria Lima, pólo financeiro paulistano, a torcida para Flávio era clara, sob a justificativa de que o senador teria mais condições do que Lula de realizar um ajuste fiscal — que será inevitável em 2027, devido à forte deterioração das contas públicas. Um dos motivos para isso foram as declarações de Lula e de integrantes da campanha minimizando essa agenda.

Na apuração de ontem, o filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ficou o tempo todo à frente de Lula, e a vantagem chegou a quase 10 pontos percentuais no início.

“Considerando nossas hipóteses de transferência de votos, seria muito difícil Lula vencer Flávio no segundo turno”, disse Felipe Balasiano, chefe de Multimercados do ASA. Ele também destacou a perspectiva de alta na Bolsa, valorização do real e fechamento dos juros nominais e reais, com o mercado antecipando uma vitória do filho mais velho de Bolsonaro. “A reação será guiada pela expectativa de maior disciplina fiscal no próximo governo”, emendou.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a surpresa da vantagem do lado de Flávio e não de Lula, na contramão do que

B3/Divulgação



A vantagem aberta pelo candidato do PL deve animar o pregão de hoje da Bolsa de Valores de São Paulo, segundo os especialistas

as pesquisas diziam, deixa o mercado mais animado a reagir positivamente, com valorização do real e queda dos juros futuros. “Os outros candidatos se desidrataram mais ainda e os indecisos se direcionaram para o Flávio e não para o Lula. Isso faz com que o mercado tenha uma ideia, de partida, que vai ser difícil para o Lula reverter isso ao longo das próximas semanas”, disse. As chances maiores para o senador devem refletir em quedas no dólar e na curva de juros futuros até o segundo turno, em 25 de outubro.

Serão três semanas que, apesar

de o resultado ainda não estar consolidado, no momento de partida, aumenta muito a probabilidade de Flávio ganhar a eleição”, afirmou.

Alexandre Espírito Santo, economista-chefe da Way Investimentos, também reconheceu que a surpresa de um segundo turno com vantagem para Flávio vai fazer a Faria Lima soltar fogos, ainda mais com um Legislativo com os partidos de centro-direita em grande maioria. “Os institutos de pesquisa precisam rever suas metodologias, há muito erro, enormes diferenças, a exemplo no Rio

de Janeiro”, ressaltou.

“Vamos ter um mercado projetando com algo que seria acompanhado de inflação menor, juros menores, real mais valorizado e Bolsa mais valorizada”, destacou Gustavo Cruz, estrategista-chefe da Sinagra, reforçando a expectativa otimista do mercado, hoje. Contudo, ele lembrou que o Brasil não é uma bolha e o cenário externo continua incerto. “Tem os EUA enviando um terceiro porta-aviões para o Oriente Médio e Europa acreditando em uma invasão russa nos países bálticos. O próximo ponto de atenção

do mercado são as próximas pesquisas, se Flávio continuará à frente de Lula”, disse.

Ajuste difícil

Diante da expectativa de euforia do mercado financeiro a partir de hoje, André Perfeito, economista-chefe da Garantia Capital, fez uma observação de que Flávio pode não conseguir fazer o ajuste fiscal esperado pelo mercado. “Esse raciocínio do mercado é profundamente equivocado e pode contrariar uma recessão forte, se Flávio

entrar e fazer um ajuste que derrube a demanda agregada, e, consequentemente, derrube a margem de lucro do empresário”, alertou. Além disso, lembrou que, em um cenário de um Congresso Nacional mais de direita, também será difícil para Flávio conseguir fazer o ajuste fiscal, “porque o Centrão não gosta de cortes”.

Perfeito destacou que um ajuste fiscal deve ser complicado para os dois candidatos, porque a economia está desacelerando e o custo da mão de obra subiu devido às baixas taxas de desemprego. “Numa situação como essa, a margem de lucro das empresas já está reduzida, e, com os juros elevados, os riscos de um cenário recessivo após um ajuste muito duro é certo”, alertou. Mas Lula não vai conseguir expandir muito os gastos, porque a oposição vai ficar reprimindo ou negando toda hora”, emendou.

Na contramão do mercado, que costuma seguir mais a linha ortodoxa, o economista e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luiz Gonzaga Beluzzo, tradicional heterodoxo, defendeu que a economia se movimenta a partir de gastos privados e públicos, mas reconheceu a necessidade de parcimônia no gasto. “O gasto é que cria a renda. Quando você consome algo, isso é a renda da loja. Ao mesmo tempo, a loja vai demandar aos fornecedores de outras pessoas. Essa questão elementar é completamente desconsiderada pelo pensamento conservador. Então, não é para o governo sair gastando adoidado. É para ele planejar o gasto e escolher os projetos mais compatíveis com o crescimento da economia”, afirmou. Ele lembrou que Lula entregou superávit primário “em todos os anos do segundo mandato”, quando a taxa de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 22%.

Rombo extra em 2027 pode chegar a R\$ 60 bi

A deterioração das contas públicas está cada vez mais evidente, e a tendência é de piora para 2027, de acordo com analistas. O pacote de bondades anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com medidas como o reajuste de 15,04% do Bolsa Família e a inclusão de canetas emagrecedoras no Sistema Único de Saúde (SUS) devem piorar o resultado primário das contas públicas em 2027 em, pelo menos, R\$ 40 bilhões, podendo chegar a R\$ 60 bilhões.

Apesar de ter largado à frente dos opositores na corrida eleitoral, o chefe do Executivo lançou mão de um série de medidas que ampliaram os gastos neste ano, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês, mas isso não foi suficiente para que as pesquisas mostrassem uma opção pelo petista de eleitores indecisos e independentes. Ele

também fez várias edições do programa Desenrola, de renegociação de dívidas das famílias como forma de tentar reduzir o recorde de famílias endividadadas ampliou as medidas de gastos na reta final das eleições.

Os cálculos preliminares de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, indicam que o buraco adicional que está sendo aberto para o Orçamento do ano que vem deverá ser de, pelo menos, R\$ 40 bilhões. “O fiscal já teria que ser reconstruído ano que vem, mas, com as medidas eleitoreiras recentes, vamos precisar de ajustes ainda mais fortes”, apontou.

As estimativas do especialista em contas públicas Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, esse buraco varia entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões. “O desafio fiscal posto é produzir uma virada de grande



“O fiscal já teria que ser reconstruído ano que vem, mas, com as medidas eleitoreiras recentes, vamos precisar de ajustes ainda mais fortes”

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

magnitude quando a sociedade já percebe o forte aumento da carga tributária e quando o custo de rolagem da dívida transforma qualquer atraso em deterioração adicional”, alertou Barros. Segundo ele, a piora de um ponto do resultado primário não se limita a adicionar um ponto à dívida, “porque pode elevar o prêmio de risco, depreciar o câmbio, aumentar a inflação e exigir uma

taxa básica de juros (Selic) maior, gerando uma segunda rodada de deterioração”.

Na avaliação de Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), essas medidas de aumento de gastos em 2027, como o reajuste de 15% no Bolsa Família, vão pressionar os limites de despesa do arcabouço fiscal e a meta de resultado primário, “exigindo remanejamentos

de outras despesas”. “No caso da meta de primário, dá para compensar com alguma fonte de arrecadação. Sobre o tamanho do ajuste, nós projetamos um resultado primário estrutural deficitário em 1,4% do PIB, em junho de 2026. E temos uma conta de que o superávit primário necessário para estabilizar a dívida bruta é de 2,1% do PIB. Então, o ajuste necessário seria da ordem de 3,5 pontos percentuais do PIB. Difícil acreditar que isso seja alcançado em apenas um ano”, alertou.

Andrade discorda do governo, que tem dito que economias com medidas administrativas em despesas previdenciárias vão permitir acomodar essa despesa contratada. “Mas, é bom lembrar que o Bolsa Família é uma despesa obrigatória de caráter continuado. As economias de curto prazo podem financiar o aumento do gasto com o programa a

curto prazo, não há definições para médio e longo prazos”, alertou.

Vale lembrar que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027, enviado pelo governo ao Congresso Nacional prevê um superávit primário de R\$ 18,6 bilhões, após o abatimento de R\$ 64,7 bilhões em despesas que não estão incluídas na meta fiscal, como precatórios (dívidas judiciais que não cabem recurso). Com isso, o superávit ajustado passa para R\$ 83,4 bilhões, ou 0,56% do PIB. Se for confirmado esse saldo positivo nas contas públicas em 2027, ele será o primeiro desde 2022, que foi de R\$ 54,1 bilhões, mas que só ocorreu com o adiamento do pagamento de uma parte dos precatórios, algo que, sem a convicção da Legislativo por meio da “PEC do Calote”, o calote nos precatórios teria sido classificado como pedaladas fiscais do governo Jair Bolsonaro. (RH)